

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.607, DE 2003

Proíbe a fabricação e comercialização de produtos de qualquer natureza, destinados ao público infantil, reproduzindo a forma de cigarro e similares

Autor: Deputado ROGÉRIO SILVA

Relatora: Deputada ANN PONTES

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Rogério Silva, pretende proibir a fabricação e comercialização de produtos de qualquer natureza, destinados ao público infantil, que reproduzam a imagem de cigarro e similares.

Na justificção, esclarece seu autor que a proposição “intenta proteger as crianças contra a exposiçõ a qualquer tipo de produto, seja ele brinquedo ou alimento, que reproduza a forma de cigarro”.

Esclarece, também, que, “como a própria autora defende na proposta original, a opção pelo tabagismo deve ser feita na idade adulta, e não constituir uma indução subliminar ainda na fase da infância”.

Despachado, inicialmente, à Comissão de Economia, Indústria e Comércio, o projeto de lei em questão foi ali aprovado, unanimemente, nos termos do parecer do relator, o nobre Deputado Rubens Otoni.

Em seguida, foi apreciado pela Comissão de Seguridade Social e Família, que, também, concluiu, unanimemente, por sua aprovação, nos termos do parecer do relator, o eminente Deputado Amauri Gasques.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar a proposição em tela do ponto de vista de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria submete-se ao regime ordinário de tramitação e ao poder conclusivo das Comissões, a teor do art. 24, II, também do Regimento Interno.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Com relação aos aspectos que compete a este Órgão Técnico manifestar-se, verificamos que estão atendidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa da União para estabelecer normas gerais sobre a matéria (art. 24, V), à atribuição do Congresso nacional, com ulterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48, caput) e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (art. 61, caput).

No que concerne à juridicidade, não vislumbramos qualquer conflito de ordem material entre o contido na proposição em epígrafe e o ordenamento jurídico vigente.

Finalmente, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei referido apresenta incorreções que precisam ser sanadas, a fim de ajustá-lo às prescrições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Nesse sentido, oferecemos o anexo substitutivo à presente proposição visando ao aperfeiçoamento da redação e da técnica legislativa empregadas no seu texto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.607, de 2003, na forma do substitutivo ora ofertado.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputada ANN PONTES
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.607, DE 2003

Proíbe a fabricação e comercialização, em todo território nacional, de produtos de qualquer natureza, destinados ao público infantil, que reproduzam a forma de cigarro e similares

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a fabricação e comercialização, em todo território nacional, de produtos de qualquer natureza, destinados ao público infantil, que reproduzam a forma de cigarro e similares.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator, sem prejuízo das demais cominações legais, à penas de:

I – advertência;

II – apreensão do produto;

III – multa.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas gradativamente e, em caso de reincidência, cumulativamente, de acordo com a especificidade do infrator.

Art. 3º Para os fins desta lei, consideram-se infratores os responsáveis pela fabricação e comercialização do produto.

Art. 4º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputada ANN PONTES
Relatora